



A LUTA DAS ESQUERDAS ARMADAS NO BRASIL: HISTORIOGRAFIA E DITADURA NO PÓS-1964

Cristiano Batista Alvarenga Junior¹

RESUMO

O presente artigo pretende compreender e refletir por meio das obras *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho e *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti as narrativas construídas na historiografia que estabeleceram uma visão da luta das esquerdas armadas brasileira, buscando entender as versões em disputa da História do Brasil que estão postas sobre período da década de 1960. Dessa forma, será feita uma análise da conjuntura política e social deste recorte temporal, incluindo os órgãos de repressão da ditadura civil-militar e os movimentos de resistência popular. Assim, estão em pauta questões como a memória, a historiografia, engajamento político, esquerdas armadas no Brasil, ditadura civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Jacob Gorender; Marcelo Ridenti; História do Brasil; Ditadura civil-militar

¹ Professor de História formado pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGESC-UFU e bolsista CNPq.

Combate nas Trevas: uma análise

O exercício do historiador requer algumas potencialidades e características elementares necessárias à realização do seu trabalho: capacidade interpretativa, percepção de tempo, dedicação, paciência, empatia e às vezes um pouco de imaginação. Imagine você narrar uma história sem saber muito bem o que aconteceu? Imagine pensar em conflitos, batalhas, lutas que aconteciam no “escuro”, “às escondidas”, nas “trevas”? Agora, imagine contar uma história sobre muita violência, opressão, resistência, sofrimento e mortes logo após um regime autoritário e que causou perdas e gerou dores pessoais? Essa foi a proposta que Jacob Gorender realizou na escrita de *Combate nas Trevas*, livro publicado em 1987, primeiro livro e um dos mais importantes do autor, que fez um balanço historiográfico dando um sentido de unidade às organizações armadas de esquerda contra a ditadura militar nos períodos de 1968 e 1975.

Este livro é um dos mais conhecidos sobre o tema da luta armada, tornando-se uma leitura quase que obrigatória dentre os inúmeros já escritos por historiadores, jornalistas, sociólogos, ex-militantes e para quem se interessa em estudar o papel da esquerda no Brasil. Afinal, é um trabalho de 8 anos de pesquisa que buscou reconstituir a trajetória das várias organizações atuantes na época. Mas, antes de entrarmos no livro propriamente dito, é fundamental destrinchar algumas linhas e conhecer um pouco a trajetória de Jacob Gorender, já que 15% do conteúdo da obra tem um teor memorialista².

Em 1923, na cidade de Salvador, Bahia, nascia Jacob Gorender, filho mais velho de um casal de imigrantes judeus. Seu pai (socialista e antissionista) veio da Ucrânia e sua Mãe da Bessarábia, província da Moldávia. Estudou o ginásio e o preparatório no Ginásio da Bahia, entre 1933 e 1940, ingressando na Faculdade de Direito de Salvador

² Entrevista a Jacob Gorender, Em Milão, Itália, em 9 de outubro de 1987, quando do lançamento de *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. < <http://blogdaprofessoralilianmarta.blogspot.com/2014/06/combate-nas-trevas-de-jacob-gorender-ha.html> >

em 1941. Comunista desde os 19 anos, acostumou-se a clandestinidade em regimes autoritários. Já em 1942, em plena ditadura varguista, era membro do PCB (a sigla corresponde ao *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante, passou a significar *Partido Comunista Brasileiro*), foi recrutado por Mário Alves – um amigo que foi homenageado com a dedicatória do livro *Combate nas Trevas*. No partido, participou de várias mobilizações e manifestações contra o nazifascismo e contra a ditadura Vargas que flertava com a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini.

Desde muito novo, Gorender manifestou características de sua personalidade, notáveis em seus escritos: a coragem e a coerência. Quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, alistou-se como pracinha voluntário, seguindo sua ideologia de combate aos inimigos de seu povo até as últimas consequências – deixando inclusive os generais do exército da Bahia furiosos, já que desde sempre era conhecido como um agitador comunista.

Depois do final da Segunda Guerra e com o regresso da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Brasil, o regime ditatorial que estava implantado no país estava no processo de aberturas democráticas, trazendo a legalidade para o Partido Comunista. Gorender saiu da Bahia e se muda para o Rio de Janeiro para trabalhar como redator do *Jornal Classe Operária*, a convite do comitê central do partido, do qual se tornou destacado dirigente, integrando seu Comitê Central (CC).

No Rio de Janeiro, vivenciou de perto a conjuntura política dos anos 50, as mudanças na direção política do partido e a crise política daquele momento. Entre 1955 a 1957, vai para Moscou estudar, no qual aprendendo o Russo. Recebe informações sobre o XX Congresso da URSS, no qual Krushev apresenta um relatório sobre os crimes de Stalin. Depois disso, os debates internos do partido se intensificaram buscando reconstruir as práticas internas influenciadas pelas políticas autoritárias e estruturas hierárquicas caracterizadas pelo que se chamou de Stalinismo, trazendo desmoralização do CC.

Neste momento, acontecem alguns rachas e o partido passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB) e redige uma nova diretriz política na esperança de ser

legalizado, algo que não aconteceu. Com as aproximações de Luís Carlos Prestes aos partidos e representantes da burguesia como Juscelino Kubitschek e João Goulart, as contradições entre Gorender e o partido ficam cada vez maiores. Após o golpe de Estado em 1964, Gorender saiu da direção do PCB em 1967 para participar da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) junto com diversos outros dirigentes comunistas de esquerda, como Mario Alves e Apolônio de Carvalho.

Durante o Regime Militar, ele foi preso e sofre tortura como muitos militantes de esquerda da época. Após sua libertação, Gorender decide não atuar mais na militância e passa a se dedicar à intelectualidade, estudando sobre a formação social brasileira e a história do Brasil. Entre seus trabalhos destacam-se *A burguesia brasileira*, de 1981, e *Combates nas trevas*, de 1987. Sua principal obra foi a tese "O Escravidão Colonial", em 1978, de caráter revolucionário, à medida que entra no debate a respeito do caráter do passado brasileiro que se baseava na dinâmica entre a colonização com características feudais versus capitalista.

Esta breve introdução nos ilustra um pouco a trajetória deste intelectual, que contribuiu para desvendar os acontecimentos do regime militar, sendo o primeiro a relatar o combate entre opressores e oprimidos daquele momento. O livro *Combate nas Trevas* se estrutura em 35 capítulos, contando com prefácio, glossário de siglas e muitas fotografias de manifestações, passeatas, desocupações, confrontos, além de capas de jornais. Na quinta edição, a mais recente, conta com um prefácio e um índice remissivo.

A obra ilustra a perspectiva do autor a respeito dos partidos, organizações de esquerda que atuaram nos movimentos políticos que optaram pela a luta armada nos anos 1960 a 1970, e comenta também sobre aspectos históricos da conjuntura nacional, assim como sobre temas polêmicos que envolvem a guerrilha urbana e rural. É importante mencionar que o livro tem um traço memorialista, mas não se restringe apenas a isso. Utiliza também entrevistas com ex-guerrilheiros e militantes, documentos, jornais, panfletos, revistas, entre outros tipos de fontes.

A escrita de *Combate nas Trevas* começa com uma condensação historiográfica do processo político que resultou na derrocada da esquerda e o golpe militar de 1964. Neste primeiro momento, defende a tese – desenvolvida em um ensaio mais amplo *A Burguesia Brasileira*³ – de que o populismo foi um processo que serviu à burguesia nacional durante um longo período e, depois foi abandonado pela própria burguesia, quando não servia mais. Ao implantar um projeto populista de desenvolvimento industrial, conseguiu se desenvolver as forças produtivas, a indústria e em consequência desta política também desenvolver a econômica nacional. No entanto, o populismo apresentou um limite tanto para o trabalhador operário que, com as lutas, desenvolveu consciência de classe, quanto para a Burguesia que passou a desejar o fim destas políticas⁴.

O Golpe de 1964 surgiu neste cenário como uma alternativa para eliminar da política estatal os resquícios da política populista, que vem desde 1945 com o varguismo. O golpe veio para romper com a ilusão *bonapartista* da existência de um líder mediador dos interesses entre as classes, sem se vincular organicamente a nenhuma delas. Mas na realidade defende os interesses da classe dominante. Isso demonstrou que para a burguesia, não havia mais espaço para reformas sociais⁵.

Com a implantação do regime militar, Gorender analisa que houve alguns erros da esquerda que levaram a tal situação, sendo eles: A. Liderança nacionalista burguesa; B. Falta de coesão entre várias correntes de esquerda; C. Competição entre as chefias personalistas; D. Insuficiências organizativas; E. As ilusões reboquistas e; F. As incontinências retóricas⁶.

Defende que a derrota de 1964 deveu-se ao fato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter entregue a liderança do movimento a João Goulart, representante da

³ GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1981.

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 18-19.

⁵ Idem, ibidem, p. 19-21.

⁶ Idem, ibidem, p. 75.

burguesia nacional. Isso deixou a esquerda a reboque desta liderança que não queria conflitos e não ultrapassaria o limite da luta institucional. Gorender entende que neste momento havia a possibilidade de uma vitória popular, já que o movimento sindical e a luta dos trabalhadores estavam em seu auge, em discordância à tese de R. A. Dreifuss – no livro *1964: a conquista do Estado* –, que afirmava que com o golpe a burguesia havia conquistado um novo consenso em suas fileiras⁷.

No livro, Gorender aborda o tema da violência que é uma questão chave para qualquer estudo sobre a ditadura militar. O autor afirma que o regime instalou no país uma violência “ampliada” e “exibicionista”, o que comprometeu inclusive a imagem profissional das Forças Armadas em operações de caráter policial e na aplicação de métodos de tortura. Defende a tese da “rotinização” do emprego da tortura no Brasil, não sendo algo extraordinário, ocasional, mas algo sistematizado e institucionalizado, caracterizado por suas fases:

1. Utilização de métodos brutais para obtenção da confissão a qualquer custo;
2. Emprego de procedimentos e técnicas mais sofisticadas em que se combina a dor física à pressão psicológica, alargando o círculo de informações da repressão.

Assim, os brasileiros desenvolveram métodos próprios e buscaram aperfeiçoar outras técnicas com oficiais de países como os Estados Unidos. Cujo Objetivo era ampliar o número de informações, para completar fichários e estabelecer regras de interrogatórios com agressões físicas cada vez mais eficazes⁸. Com o desenvolvimento dos processos políticos e com o AI-5, se estabeleceu abertamente um terrorismo de Estado.

A partir deste momento, grande parte das organizações se convenceu de que a opção pela luta de massas estava encerrada. Na clandestinidade total, não havia outra resposta senão a luta pelas armas. Gorender analisa que existiu uma “imersão geral à

⁷ Idem, *ibidem*, p. 59.

⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5^a ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 259-260.

luta armada” que estabeleceu uma prática de assaltos para confiscar dinheiro e armamentos necessários para as ações e manter os militantes. Essa prática para o autor acabou distanciando as massas populares devido à repercussão da imprensa e da televisão, que fomentavam a animosidade da opinião pública aos “terroristas”, além de afastar militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica⁹.

Um dos pontos fortes da análise do autor é a defesa da tese de que a esquerda não se encontrou no papel de vítima passiva. Toda a esquerda se opôs à ditadura e uma grande parte dela adotou a linha do combate armado contra a repressão. Seus erros e acertos neste período devem ser analisados e compreendidos em seu tempo. Para isso, Gorender acredita que a esquerda deverá assumir a violência que praticou. Ao fazer esse debate, ela não cai no erro enganoso e vulgar da *Teoria da Ferradura*, na qual se assume que houve violência de ambas as partes e as culpas se compensam. Para ele, esse debate de discutir quem atirou primeiro é perda de tempo. “A violência original é do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante”, a ditadura apenas extremou esta violência. “A violência do oprimido veio como resposta”¹⁰.

Desta forma, a luta armada pós-64 é exposta no livro com uma significação de “violência retardada”. A opção por esta forma de luta não se inicia junto ao golpe militar, essas formas de resistências surgem entre 1965 e 1968, quando o adversário já dominava o poder do Estado e havia criado mecanismos sofisticados de repressão que causaram o esfacelamento das organizações.

Nestas condições desfavoráveis, cada vez mais distantes das massas operárias, camponesas e camadas médias da população urbano, as esquerdas optaram, erroneamente, pela violência incondicionada para justificar a imersão imediata ao combate armado. Ou seja, a violência empregada nos anos 60, segundo Gorender, não foi a revolucionária – momento em que as classes sociais são responsáveis por

⁹ Idem, ibidem, p. 169 -175.

¹⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5^a ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 271.

empregar a violência revolucionária, e não apenas as vanguardas. “Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável. O que está demonstrado”¹¹.

O *Combate nas trevas* apresenta como principais características a ousadia e a coragem de escrever e defender ideias polêmicas de Jacob Gorender. Algumas demonstrações são: A dura avaliação a respeito do líder e dirigente político Luís Carlos Prestes (o “Cavaleiro da Esperança”), a discordância a respeito da versão de Frei Betto sobre o assassinato de Carlos Marighella, a polêmica com Jorge Amado e a exposição de casos de “Justiçamento”. Para muitos críticos, esta coragem demonstra a independência do historiador no processo da pesquisa e na análise dos fatos estudados. Mas podemos pensar também que seja apenas a característica pessoal do escritor, que teve uma trajetória muito combativa desde muito novo.

A figura mítica do líder comunista Luís Carlos Prestes, construída com a Coluna Prestes, passou a se apresentar como um problema em alguns momentos da História do PCB. Em seu livro Gorender relata um destes momentos. Durante os anos de 1948 e 1957, Prestes ficou clandestino tanto para os órgãos da repressão do Estado quanto para seus companheiros de partido. Neste período, não compareceu em cerca de trinta reuniões do Comitê Central, tendo como explicação para o isolamento, o risco de uma nova prisão do secretário-geral, situação considerada por Gorender como “síndrome de castrofismo”. Este afastamento de 10 anos do cenário político, sem manter o contato e sem fazer uma autocrítica, é oriundo da crença que Prestes nutria no seu papel messiânico nas lutas revolucionárias.

Esta situação do mito do “Cavaleiro da Esperança” não se construiu sozinha. Prestes passou a se ver desta forma, como uma estátua irretocável, segundo o autor. Gorender também nos conta que o secretário-geral não aceitava críticas e sempre coletivizava os erros, nunca trazendo a responsabilidade para si, além de apontar que era um sujeito medíocre culturalmente, um desastre como político, não legando

¹¹ Idem, ibidem, p. 286-287.

nenhuma análise marxista sobre a realidade, apenas escrevendo informes e relatórios que muitas vezes nem foram escritos por ele¹². Sobre a questão do mito, ele ainda pontua:

“Chego aqui à questão do mito ou da liderança carismática ou culto à personalidade, conforme preferem os soviéticos. A história do movimento comunista internacional está repleta da construção de mitos. Por enquanto, a racionalidade marxista tem sido impotente para refrear essa tendência ideológica milenar, cuja força espontânea impregna a consciência das massas trabalhadoras. O pior tem sido o estímulo sistemático de partidos comunistas e Estados socialistas à funcionalidade dos mitos. Porque, se facilita a condução das massas, o mito as deseduca do ponto de vista da formação da ideologia socialista e dificulta a correção dos erros das direções. A educação ideológica socialista é insuperável da vida democrática nas organizações revolucionárias. Se a democracia não suprime os mitos, ao menos oferece condições para sua crítica”¹³.

É perceptivo, conforme a leitura do texto, que as críticas feitas por Jacob Gorender estão na ordem pessoal e em determinados momentos até parece existir um pouco de rancor ou raiva. O autor vivenciou aquele período, escreveu muitos textos para o próprio Prestes, fez parte do Comitê Central, esteve perto dos acontecimentos que relata, sendo um observador direto do seu tema. Assim, é evidente que estes apontamentos causaram incômodo a muitos militantes que admiram a história de coragem, abnegação e luta de Luís Carlos Prestes, dentre eles pessoas próximas da família e ex-militantes companheiros de partido.

No capítulo “Assim Mataram Marighella”, o autor descreve que em 1969 a ALN (Ação Libertadora Nacional) preparava uma grande ação: o assalto simultâneo a quatro agências bancárias. Essa ação seria a saída da organização das cidades e a tão desejada instalação da guerrilha rural. Mas, de forma muito rápida, este plano começou a degingolar. Vários membros da ALN foram mortos e presos. Marighella

¹² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 29-32.

¹³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 31.

então decide fazer um recuo estratégico para reorganizar as forças, esperar a terceira turma de treinamento guerrilheiro em Cuba, para então ir para o campo¹⁴.

Antes disso, tinha acionado um dos seus contatos em São Paulo, através de frades dominicanos. “O dispositivo previa encontros a certa altura da Alameda Casa Branca, num fusca azul matriculado em nome de Roberto de Barros Pereira, engenheiro do Metrô”. Já estava tudo preparado quando no dia 1 de novembro frei Fernando e frei Yves tomaram um ônibus para o Rio de Janeiro, onde encontraria um outro contato. A combinação foi feita pelo telefone do Convento dos Dominicanos que, naquela altura, fora grampeado pelo DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Os freis sofreram uma emboscada, foram presos e torturados por Fleury¹⁵ e oficiais da Marinha, que queriam a informação de qual era o dispositivo de ligação com Marighella.

Em meio aos suplícios, os freis deram as informações que os torturadores queriam e marcam um encontro com Marighella, ele estava desconfiado, pois soube da prisão de alguns freis no Rio de Janeiro, mas ainda confiava nas imunidades tradicionais da Igreja Católica contra as brutalidades policiais. Mesmo assim, vai à emboscada e é assassinado brutalmente por Fleury e algumas dezenas de homens da repressão, acabando com o inimigo número um da Ditadura¹⁶.

A polêmica envolvendo a versão de Frei Betto se encontra na seguinte situação:

“(...) Mas sua versão acumula invencionices, cujo desmentido já está na exposição acima. Devo referir-me, contudo, a uma delas: a de que o comparecimento de Marighella ao ponto da alameda Casa Branca não se deveu exclusivamente (sic) aos dominicanos. Com ou sem telefonema à Livraria Duas Cidades, ele iria até lá atraído por agentes da CIA infiltrados na ALN. O telefonema teria visado tão-somente a uma encenação (sic), que comprometesse a Igreja e a Ordem dos Dominicanos com o movimento subversivo.”¹⁷

¹⁴ Idem, ibidem, p. 193.

¹⁵ Sérgio Fernando Paranhos Fleury, mais conhecido como Delegado Fleury, foi um policial que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo durante a Ditadura Militar no Brasil.

¹⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 193-200.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 200.

Gorender faz esses apontamentos pelo “compromisso que o historiador tem com a verdade”. Conta que a versão de frei Betto não é embasada em dados reais, não indo “além de dois incidentes em que a CIA aparece”. Não esclarecendo as circunstâncias da morte de Marighella, tornando-se uma suposição sem embasamento real.

No desenvolvimento da narrativa de *Combate nas Trevas* outro sujeito também sofre críticas: Jorge Amado. Antes de entendermos quais são estas críticas, é necessário fazer uma retrospectiva histórica do PCB e de Hermínio Sacchetta, militante que lutou contra a ditadura.

Nos anos 30, o Brasil passa por um momento político turbulento com o golpe de Vargas, a derrota da levante comunista de 1935 e diversas crises internas do PCB oriundas desse incidente. Em 1937, o Comitê Regional de São Paulo entra em contradição à linha política adotada pelo Comitê Central do PCB a respeito das eleições presidenciais.

Como é conhecido em um partido de orientação stalinista, as divergências devem ser suprimidas pela unidade do centralismo democrático, mas esta se aprofundou levando a discussões agressivas que culminaram na expulsão dos “renegados trotskistas” do partido. Entre eles Sacchetta que, naquela época não era trotskista. Câmara Ferreira e Carlos Marighella se posicionaram ao lado do Comitê Central. Esse debate político transformou uma amizade em inimizade.

Anos mais tarde, estes militantes se uniram novamente na luta contra a ditadura e realizaram diversas ações que levaram, inclusive, à prisão de Hermínio¹⁸. Feita essa breve introdução podemos voltar a polêmica com Jorge Amado.

Em *Os subterrâneos da liberdade*, Amado criou uma trama ficcional aos moldes do realismo socialista, ambientada no período do Estado Novo. Nele, vários personagens são baseados em pessoas reais, como o historiador Cícero D’Almeida, que

¹⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 177- 179.

é Caio Prado Jr., e Carlos, que é Carlos Marighella. Mas um personagem específico, *Saquila*, que o seu correspondente na vida real seria Sacchetta, é construído como um vilão que sofre diversos xingamentos, como lacaio da burguesia, bandido, traidor, delator, cretino, canalha. Até mesmo o herói principal da trama, Carlos, acusa-o diversas vezes. O resultado dessas críticas tão transparentes fez Hermínio Sacchetta publicar um artigo respondendo ao romance.

Gorender descreve que esse romance é uma obra de ficção, mas que demonstra o imaginário anti-trotskista da escola de formação stalinista da época que muitos militantes passaram. Inclusive literatos como Graciliano Ramos, que se retratou após a relatório de Krushev a respeito dos crimes de Stalin. Situação que não se repetiu com Jorge Amado, que apenas rompeu com o stalinismo e se afastou do PCB. Por final, é feita uma provação: “Hermínio Sacchetta arriscou a vida na luta contra a ditadura militar. E Jorge Amado: esteve à altura do personagem?”¹⁹.

Outro tema muito polêmico e que muitos setores da esquerda se sentiram incomodados, encontra-se no capítulo *A violência do oprimido*. Nele, Jacob Gorender olha para as violências que a esquerda praticou de uma forma séria e comprometida com a verdade, no qual busca entender como, onde e em que circunstâncias aconteceram. Dos temas trabalhados neste capítulo, se destaca os *justiçamentos*: a execução capital como ato da justiça revolucionária.

Logo de cara, Gorender faz uma distinção muito clara entre justiçamentos de inimigos e de companheiros. Os inimigos, nenhum deles eram inocentes, a esquerda não tem do que se lamentar²⁰. Agora, o justicamento de companheiros acusados de prestar serviços ao inimigo é um tema muito delicado que Gorender trata com seriedade e aponta que a justiça revolucionária não deve se confundir com vingança.

A história dos justiçamentos revolucionários no Brasil, nos anos 1930 (quando o caso Elza Fernandes se somou a mais cinco semelhantes) e nos anos 1970, mostra que a condenação de um companheiro à pena capital tem custo político

¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2014. P. 180 e 181.

²⁰ Idem, ibidem. P. 273.

altíssimo. Pior ainda se organizações de um companheiro clandestinas sob o domínio da obsessão da traição executam inocentes por causações sem prova ou pelo absurdo crime de intenção. Mesmo em presença de graves infrações do dever revolucionário, não tem cabimento a pena capital quando, sem risco para a segurança da organização, é possível aplicar punições como as de censura, afastamento, expulsão e denúncia pública. A justiça revolucionária não se confunde com vingança.²¹

Alguns historiadores e sociólogos, como Marcelo Ridenti²² e Lucileide Costa Cardoso²³, apontam que a principal tese do livro é a ideia do “protesto armada”, no qual a esquerda não tinha condições mínimas para o enfrentamento com a força repressiva. Na realidade, essa tese é de Apolônio de Carvalho²⁴, Gorender apenas analisa que, em uma situação de regime autoritário, o apaziguamento, a conciliação de classe, a capitulação e o pacifismo incondicional contribuem para a ditadura se consolidar e se prolongar. Mas que a luta armada tem chances de êxito e se torna taticamente recomendável, desde que se assuma como *protesto armado* e não uma operação estratégica²⁵.

Dez anos depois da publicação do primeiro exemplar do livro *Combate nas Trevas* é feita uma reedição. Nela, Jacob Gorender acrescenta um capítulo conclusivo e retrospectivo, levanta várias questões, dentre elas uma provocação se destaca: por que chamar atenção para tantas questões, considerações, se no momento que ele estava relançando este livro (2014) se vivia em um regime democrático consolidado? A resposta que ele dá a esta pergunta é muito clara e objetiva: a luta pelo socialismo não se abstrai das condições democráticas, não convém esquecer as lições do passado,

²¹ Idem, ibidem. P. 283.

²² RIDENTI, Marcelo. Resenha de: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p. 161.

²³ CARDOSO, Lucileide C. *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil*. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4 - 2014, pp 39.

²⁴ Apolônio de Carvalho foi um militante comunista brasileiro, também reconhecido como combatente das Brigadas Internacionais, na Guerra Civil Espanhola, e herói da Resistência Francesa, durante a Segunda Guerra Mundial.

²⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. P. 290-291.

porque vivemos no capitalismo globalizado e a perversidade do capital está sempre à espreita.

A revolução faltou ao encontro

O livro de Daniel Aarão Reis Filho²⁶, *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas do Brasil, foi um dos primeiros que buscaram dar um sentido de unidade para as organizações de esquerda que optaram pela luta através das armas. O objetivo é investigar os comunistas no Brasil: suas ideias, ações e formas de organização.

O autor opta por começar seu trabalho analisando as derrotas dos comunistas nos anos 60, se baseando na hipótese de que os acontecimentos foram inesperados, surpreendentes e desmoralizantes na medida em que evidenciam a profunda oposição entre o que pensavam os comunistas e os rumos tomados objetivamente pela luta de classes. Além de observar que existe um padrão nas derrotas dos comunistas que é recorrente desde os anos 50.

Assim, Reis se dedica a investigar as debilidades, lacunas e pontos fracos das organizações comunistas que, segundo o autor, estariam determinando estas dolorosas experiências. Os pontos chaves destes problemas apontados na análise se encontram nas teorias; no conhecimento superficial da realidade brasileira; no “fascínio pelos modelos internacionais”; a influência e infiltração do pensamento pequeno-burguês.

Daniel Aarão Reis busca então, se dedica a estudar a natureza íntima das organizações comunistas definindo e compreendendo seus pontos fortes, seus fatores de coesão, suas linhas de maior resistência. O primeiro ponto para este entendimento, se encontra nos pressupostos fundadores que traziam legitimidade para a opção da revolução brasileira: a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda, intérprete qualificado do devir histórico.

²⁶ Daniel Aarão Reis Filho (Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1946) é um historiador brasileiro e professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF). Publicou diversos livros e artigos sobre a história da esquerda no Brasil e sobre a história da experiência socialista no século XX.

Estas análises de Daniel Aarão acabam sendo um pouco limitadas, não conseguindo reunir elementos suficientes que comprovem a veracidade desta interpretação. Quando analisamos organizações como a ALN não vemos estas características da revolução como inevitável e a imprescindibilidade do partido de vanguarda. Basta pegarmos o texto *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*²⁷ de 1968 do grupo que viria a forma a ALN, tendo como um dos seus principais quadros Carlos Marighella. Deste texto é assinalado a guerra de guerrilhas como organizadora da luta pela libertação nacional e não um partido comunista que guiaria as massas rumo a revolução inevitável. Outro ponto muito problemático da análise do caráter da revolução. Aarão se baseia em suas ideias prévias, refugiando-se no mundo das ideias e se afastando dos documentos e das fontes.

O segundo ponto levantado pelo autor para entender as organizações comunistas é a dinâmica excludente e antidemocrática das organizações enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da “necessidade histórica”. Os grupos comunistas, nas palavras de Reis, não tinham democracia interna (cuja evidência seria o elevado número de divisões e o desdobramento em novas organizações) estabelecendo relações com os movimentos sociais através de uma concepção instrumental dos mesmos, utilizando-os como “correias de transmissão” das ideias socialistas.

Respondendo a este argumento de Daniel Aarão, Marcelo Ridenti lembrou que as regras internas das organizações eram aceitas por todos os militantes, que concordavam com as necessidades das mesmas num contexto de clandestinidade²⁸. Além da obviedade dessa imposição conjuntural, que naturalmente limita as possibilidades do pleno funcionamento democrático das organizações. É importante notar que as divisões não eram necessariamente estabelecidas por conta da falta de democracia, pois, numa única organização revolucionária dificilmente duas posições

²⁷ (Org.) SAFATLE, Vladimir. *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*/Carlos Marighella. São Paulo: Ubu Editora, 2019. P.261-270.

²⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 259.

completamente díspares, como iniciar ou não a luta armada, podem coexistir, já que de tal posicionamento depende também a própria vida dos militantes envolvidos, principalmente no contexto da ditadura.

Daniel Aarão Reis também não faz uma clara distinção das perspectivas Democráticas Liberais (das quais defende) e a perspectiva Democrática Comunista. Essa falta de distinção, apresenta-se como uma falha na sua análise historiográfica, sendo imprescindível para o historiador adentrar no universo de significados do seu objeto de análise que se encontra em um dado momento histórico. Não entender, por exemplo, que o modelo de partido preconizado por Lenin (cf. *Que Fazer?* e *Carta a um camarada*) se funda no dialético eixo democracia-disciplina do chamado centralismo democrático, no qual é exigida a total disciplina dos militantes diante das orientações adotadas justamente pelas mesmas serem decididas democraticamente, prevalecendo a decisão da maioria - sendo a democracia umbilicalmente necessária em tal concepção²⁹. Essa situação, faz com que sua análise de Reis sobre o assunto seja rasa ou mal intencionada.

O historiador Diego Grossi em sua dissertação de mestrado intitulada *Revolução, Socialismo e Democracia* faz um comentário breve sintetizando as críticas de Aarão sobre o caráter antidemocrático das organizações comunistas:

Naturalmente a realização prática da democracia interna nas organizações e no trato das mesmas com os movimentos sociais não esteve e nunca estará isenta de falhas ou de violações de princípios formalmente expostos. Entretanto, daí concluir que as contradições pontuais são inerentes ao todo (e por si só inevitáveis) é apagar da análise histórica as condições objetivas sobre as quais as ideias se realizam. Nada melhor, também, que a própria história para demonstrar os limites de toda essa corrente “democrática” da neoesquerda dos anos 1980, que se materializou no PT, ao qual boa parte dos ideólogos participantes do debate organizado por Garcia, como Daniel Aarão Reis Filho, Coutinho e o próprio Garcia, fizeram parte. O PT surgiu alegando um “novo socialismo”, de tipo democrático e não comunista; sustentando questões como a autonomia dos movimentos sociais. Três décadas depois não só foi alvo de diversos rachas, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - apesar de permitir a existência de correntes na organização -, como também vem sofrendo críticas por conta do aparelhamento dos movimentos sociais e

²⁹ PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: Os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015.P.116.

da gestão do Estado com a manutenção da lógica de repressão aos movimentos populares, fazendo aprovar, no presente ano (2015), na Câmara Federal, a chamada ‘Lei antiterrorismo’, cujo conteúdo prevê punições que podem chegar a trinta anos de prisão para aqueles que se manifestarem de forma aberta contra o Estado brasileiro³⁰.

Assim, podemos perceber que essa análise de Daniel Aarão é embebida em um axioma de paradigmas liberais que ignora outras perspectivas de democracia que não a burguesa. Fica evidente no seguinte trecho:

As esquerdas no Brasil, de seu lado, e até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional. [...] a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisito, a igualdade social e a "segunda" independência, a real e a efetiva, a econômica. Sem isso, a democracia seria uma farsa. Assim, as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar a igualdade e a soberania, Como resultado desse processo, teríamos então a democracia, a verdadeira (2006, p. 12).³¹

Então, o sentido antidemocrático³² dado por Daniel Aarão para as esquerdas armadas se encontra na negação destas pela democracia que “ele” considera verdadeira. Assim, entender melhor como as organizações que adotaram o método da ação prática no Brasil e traduziram para suas necessidades, os aportes do marxismo-leninismo e como configuraram tais contribuições em propostas práticas para a sociedade, se torna um eixo fundamental para pensar essas organizações.

Diego Grossi em sua dissertação “Revolução, Socialismo e Democracia: Os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil”, consegue dar conta e aborda de forma mais aprofunda sobre essa temática que não é o objetivo principal deste artigo.

O fantasma da revolução brasileira: uma análise

³⁰ Idem, *ibidem*, 116.

³¹ PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: Os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. P. 120.

³² REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1989. P. 140.

O livro de Marcelo Ridentí³³, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, é o primeiro livro que busca desvendar os significados e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda entre 1964 e 1974 através do olhar da história e sociologia. Com base em longas entrevistas exclusivas com ex-militantes, na literatura existente até aquele momento, e em quadros estatísticos construídos a partir do levantamento do projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM).

A análise não se restringe às organizações que se nomeavam “de vanguarda” nem julga suas ações e protagonistas, mas procura compreendê-las no movimento mais amplo e contraditório da sociedade brasileira. Destaca no âmbito social a participação da intelectualidade brasileira, movimento estudantil, as mulheres, operários, camponeses e militares no projeto revolucionário.

O livro abre suas páginas com uma “apresentação dos anos de chumbo” escrita por Jacob Gorender, quatro capítulos e um grande acervo bibliográfico, assim como oito quadros estatísticos que mostram cifras sobre ocupações, grau de instrução dos militantes, faixa etária, sexo, naturalidade e local de residência dos militantes, tal como consta nos processos judiciais obtidos pelos documentos levantados pelo Brasil Nunca Mais (BNM).

No primeiro capítulo, “A constelação da esquerda Brasileira nos anos 60 e 70”, Marcelo Ridentí analisa a crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após o golpe militar de 1964. O compromisso com as teses pacifistas³⁴, a confiança na burguesia nacional, populismo de João Goulart e a caracterização do Brasil como um país com

³³ Marcelo Ridentí é professor titular de Sociologia no IFCH da Unicamp. Foi professor da Unesp, campus de Araraquara (1990-1998), e da UEL (1983-1990). É autor e organizador de vários livros, como *Brasilidade revolucionária* – um século de cultura e política (Editora Unesp, 2010) *História do marxismo no Brasil*, v. 5 e 6 (organizado em parceria com Daniel Aarão Reis, Editora da Unicamp, 2002; 2007), *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV (Record, 2000).

³⁴ Nos períodos de 1955 a 1984, a URSS lançou uma linha de atuação política a todos os estados socialistas e de influência soviética que ficou conhecida como “coexistência pacífica”. Acreditava-se que seria possível chegar ao socialismo sem precisar de guerras, coexistindo pacificamente com capitalismo.

resquícios semifeudais são identificados como elementos ideológicos chaves da crise do Partido que deu origem a várias outras organizações de esquerda.

Neste capítulo é feito um mapeamento destas organizações que surgiram do PCB: como pensavam o Brasil e o que tinham em comum. O autor desenvolve a ideia que estas organizações carregavam consigo pressupostos gerais em comum, por exemplo, a ideia de que o país era submisso ao imperialismo e a saída para essa situação na qual o Brasil se encontrava eram ações não pacíficas de uma vanguarda revolucionária³⁵. Buscando sempre fazer um movimento de unidade destes grupos armados, Marcelo Ridentí acaba caindo em generalizações limitantes, como neste trecho:

As características comuns assinaladas valem pelo menos para os seguintes grupos guerrilheiros urbanos: ALA, ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MO-26, MR-8, MRT, M3G, PCBR, POC, PRT, RAN, REDE, VAR e VPR. Estes poderiam ser assim subdivididos: os mais “militaristas”, que se destacaram pelo volume de ações armadas, as quais tiveram papel fundamental no seu projeto revolucionário (ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MR-26, MRT, M3, RAN, REDE e VPR), e os mais “massistas”, isto é, oscilantes, no decorrer de sua trajetória, entre as propostas tipicamente militaristas e a defesa da ideia de efetuar um trabalho mais profundo junto às massas, em paralelo ao desenvolvimento das ações armadas urbanas rurais (ALA, MR-8, PCBR, POC, PRT e VAR).³⁶

Quando o pesquisador procurar catalogar tantas organizações e separa-las em caixas, acaba simplificando o movimento real da história que é dialético³⁷. A história se movimenta em contradições, grupos como VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) tinha uma atuação muito forte no movimento sindical como é apresentado no livro. Como podemos caracteriza-los apenas como um grupo “militarista”? Essas organizações são construídas por homens diferentes que

³⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P. 56.

³⁶ Idem, *ibidem*. P. 59.

³⁷ Entendemos o movimento dialético como algo que se movimenta pelas contradições. Existe uma “tese” e na própria “tese” surge uma “anti-tese” e o resultado deste conflito surgiu outra coisa, a síntese. E ela por sua vez se torna “tese” novamente, se estabelecendo este movimento. Para saber mais ver LESSA, Sérgio, TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. P, 33-45.

divergiram e atuaram da maneira que conseguiam nas condições de clandestinidade, por isso é fundamental prudência para não se reduzir a complexidade das organizações guerrilheiras.

No segundo capítulo, “A canção do homem enquanto seu lobo não vem”, se detêm nas experiências de resistência contra a ditadura militar dos artistas e intelectuais, fundamentalmente: os Centros Populares de Cultura (CPC), o Teatro de Arena, o Cinema Novo, as músicas de Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque.

O autor utiliza as teorias de Michel Löwy para analisar a importância dos setores médios intelectualizados da sociedade, em especial no movimento estudantil, no movimento dos trabalhadores e nas organizações armadas. Da mesma forma, mostra que, apesar da vontade dos artistas, as produções culturais falharam em resolver a tensão entre, por um lado, a participação na disseminação e consumo em massa da cultura e, por outro, resistência contra expressões hegemônicas da cultura.

A relação entre artistas, setores intelectualizados e o engajamento político se destaca neste capítulo, sendo um ponto positivo que notabilizou *O fantasma da revolução brasileira* como sendo um dos principais livros sobre a temática. Esta obra é pioneira em demonstrar que neste ambiente sociocultural radicalizado, incluindo os jovens participantes de movimento estudante, principais consumidores dessa arte engajada, emergiu grande parte dos militantes que aderiram às organizações guerrilheiras.

Marcelo Ridentí demonstra que para além de pegar em armas estes sujeitos participaram da construção de um movimento contra-hegemonico no campo cultural e social. Os artistas inspiravam com sua arte os jovens que pegaram armas e, em contra partida, eram inspirados pelos guerrilheiros heroicos que resistiam contra o regime³⁸. Desta maneira, o autor consegue demonstrar a relevância das camadas médias naquele

³⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P. 71-114.

período. O número enorme de pessoas destes setores, politizadas, mobilizadas ou engajadas nos processos de mudança social contribuíram na construção cultural e social para a luta contra a ditadura.

Já no terceiro capítulo, “Obscuros Heróis, sem vez e sem voz”, o autor estuda a presença das organizações armadas entre trabalhadores urbanos, mulheres e militares de baixa patente, assim como na articulação de alunos secundaristas e universitários.

Ele percebe que as dificuldades que essas organizações tiveram em participar e ampliar a luta dos trabalhadores de forma mais radical, avançando para além do nível de reivindicações sindicais, teria fortalecido a tese da inviabilidade da massificação e adesão dos trabalhadores a guerrilha urbana e rural. Não apenas se juntar as lutas, mas inviabilizava até mesmo o apoio a ela.

No quarto capítulo, “Luta, conspiração e morte”, reconstrói-se a dinâmica que as organizações de esquerda adotaram desde 1969. Apresenta a rápida e progressiva perda de enraizamento social dos grupos armados, tanto pelas suas ações como pelos atos repressivos e ideológicos da ditadura. Isoladas socialmente, as organizações armadas entraram numa dinâmica ambígua, de sobrevivência e de autodestruição, tornando-se marginais ao movimento da sociedade. Marcelo Ridentí, analisa que aos poucos foi se perdendo o caráter político da luta armada e a capacidade de se reorganizar. O que levou a morte destas organizações.

O livro também faz um debate bem interessante com os historiadores Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho. O trabalho de Gorender faz uma descrição sistemática do surgimento, atuação e decomposição dos grupos que pegaram em armas contra o regime militar. Já a obra de Daniel Aarão defende que o afastamento dos grupos de esquerda revolucionária em relação à sociedade advinha da própria característica de funcionamento da vanguarda de tais agrupamentos. Desta forma, não se poderia atribuir a derrota da luta armada a este isolamento social, mas sim aos erros das vanguardas.

Diferente de Gorender, Ridentí não se propõe a fazer uma descrição exaustiva da trajetória dos agrupamentos, preferindo ater-se à discussão analítica da

problemática da luta armada. Em relação a Daniel Aarão Reis, apresenta como eixo a discussão sobre as raízes sociais da esquerda armada, o que em si é uma inovação importante na medida em que amplia o ângulo puramente político que até então marcara a análise deste objeto.

Segundo Ridentí, as ideias de Reis não fornecem elementos para pensarmos a sintonia entre o “projeto histórico com vida própria” das organizações comunistas com o processo vivo da luta de classe. Daniel Aarão explica muito mais sobre a dinâmica interna dos grupos que o movimento da sociedade no contexto dos anos sessenta. De acordo com o autor, a teoria de Reis constrói um “modelo de tipo ideal” para explicar as organizações comunistas do mundo real. Os elementos de coesão interna descritos servem para enquadrar organizações comunistas clássicas que se orientavam pelo stalinismo, mas essa categoria não serve para analisar a Ação Libertadora Nacional (ALN) por exemplo³⁹.

No livro *O fantasma da revolução brasileira* alguns temas se destacam como sendo inéditos até o momento como a discussão sobre a anistia, as reparações aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, bem como as disputas pela construção da memória social sobre o período em questão. Também é digno de nota a horizontalização temática dos estudos sobre as esquerdas e a diversificação geográfica dessa produção, ultrapassando minimamente o eixo Rio-São Paulo. Mas um dos temas que levaram este trabalho a ser um dos principais desta temática é o debate sobre o enraizamento social dos grupos de esquerdas armadas.

A problemática da inserção social dos grupos de esquerda que pegaram em armas contra a ditadura é o que fundamenta a análise do livro: Marcelo Ridentí avalia a tentativa de inserção dos militantes em setores de base da sociedade, em especial entre os subalternos das forças armadas, entre trabalhadores manuais (urbanos e rurais) e no setor estudantil. Na conclusão do trabalho, o livro foi pioneiro na

³⁹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P. 256-257.

explicação segundo a qual a derrota dos grupos armados teria dado pela falta de enraizamento social. Ridentí concorda com a tese de Gorender no qual os agrupamentos isolados socialmente, entraram em uma dinâmica de sobrevivência e autodestruição à margem da sociedade. Esta abordagem apresenta de forma sistemática uma explicação que se afastava das perspectivas personalistas, que até então buscavam respostas para a derrota das esquerdas na incapacidade teórica e prática de certos indivíduos, grupo ou partidos.

Por fim, podemos elencar a existência de alguns problemas na narrativa de Marcelo Ridentí que são um pouco polêmicas. No desenvolvimento da escrita da obra o ator, ao narrar a atuação dos guerrilheiros, ao analisar seus documentos teóricos, ao assinalar suas referências históricas que embasavam suas ações, acaba sendo desrespeitoso em alguns momentos com a memória dos combatentes. Ao utilizar o conceito “Romantismo Revolucionário” constrói-se uma ideia na qual os guerrilheiros eram idealistas, jovens sonhadores e que não tinham a dimensão do poder repressivo do Estado. Mas, talvez esta não seja a memória que devemos ter destes sujeitos, existiam comandantes como Carlos Marighella que tiveram uma trajetória histórica na legalidade e na clandestinidade, participaram ativamente da vida política brasileira e em um determinado momento escolheram pegar em armas para defender a liberdade em um regime autoritário. Estes sujeitos não eram “românticos” e “idealistas”, mas sim grandes pessoas que tiveram a coragem de se rebelar contra a tirania, algo que Jacob Gorender conseguia perceber.

Outro problema da abordagem de Ridentí é a sua tentativa de demonstrar estatisticamente seus pontos sobre a presença social nos grupos armados. Utilizar apenas os dados de processos judiciais para apontar quais grupos sociais estavam presentes nas organizações armadas é no mínimo duvidosa. Perde-se muitos elementos ao abordar analiticamente a temática desta maneira, já que é difícil expressar a realidade quando se tem uma limitação de documentações. Claro que é importante analisarmos os dados levantados pelo projeto Brasil Nunca Mais, são

documento daquele período e não devem ser ignorados, mas fica evidente os limites desta escolha.

Marcelo Ridentí também não aponta com clareza a importância das mulheres na luta armada e nas organizações. Ao abordar esta temática passa uma ideia de que a mulher tinha uma condição natural de não-violência afirmando que “a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois historicamente, sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados”⁴⁰.

Estes apontamentos tornam-se frágeis quando observamos trabalhos recentes como a obra “As mulheres na Luta Armada: Protagonismo Feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)” de Maria Cláudia Badan Ribeiro que preenche essa lacuna deixada por esta historiografia “clássica”, dando as mulheres a oportunidade de contarem a sua própria história a partir de entrevistas e relatos. A presença feminina na história apresenta-se como um problema na leitura historiográfica sobre esta temática. As mulheres se encontram a margem nas narrativas aparentando, muitas vezes, não terem participado das lutas contra a Ditadura Militar. Ridentí foi um dos primeiros a comentar sobre o assunto, muito timidamente em apenas 8 páginas em seu livro de mais de 300, mas mesmo sendo breve algumas linhas foram escritas. Daniel Aarão e Jacob Gorender ignoram essa temática. Podemos pensar que este debate não era relevante naquele momento sendo uma pauta da atualidade, cabendo a nós colocarmos em evidencia estes sujeitos sociais.

Desta maneira, podemos concluir que o livro *O fantasma da revolução brasileira* contribui muito com a historiografia sobre o tema, ampliando as perspectivas existentes até o momento da produção. O autor consegue demonstrar a importância das classes médias para o movimento progressista contra a ditadura, assim como analisar muito bem a forma de pensar e atuar das organizações guerrilheiras, se tornando uma leitura indispensável para os estudiosos da temática.

⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P. 197.

Os problemas apontados por Marcelo Ridentí sobre as derrotas da esquerda nos assolam até hoje, mas ainda assim concordo com Gorender:

A derrota da luta guerrilheira deixou a herança de um fantasma. O fantasma da revolução brasileiras. Como se livrar dele? A meu ver, realizando esta revolução, que perderá as formas fantasmagóricas, porque terá ganhado o sangue e a vida de sua efetivação, por meio da luta, não de um punhado de poetas sonhadores, mas de milhões de prosaicos militantes das lutas sociais⁴¹.

Considerações finais

A partir dessas avaliações historiográficas e observando nosso contexto político atual podemos nos questionar: será que existiu uma democracia consolidada algum dia no Brasil? Em 2020, observamos as ruínas da democracia liberal que, desde o golpe que o governo Dilma sofreu em 2016, caminhou para um tensionamento constante dos poderes.

No cenário de crise sanitária, causado pela Covid-19, trabalhadores veem os principais esforços econômicos do governo voltados para salvaguardar os lucros dos bancos e grandes empresas, enquanto o desemprego, a fome e a morte assolam seu cotidiano. O ano de 2021, começa com os seguintes dados: 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de 246 reais ao mês, cerca de 27 milhões de brasileiros segunda FGV Social a partir dos dados de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads)⁴². Concomitantemente, os bancos tiveram lucros astronômicos e surgiram 10 novos bilionários⁴³.

Neste contexto, podemos voltar na afirmação de Gorender quando ele pergunta do “por que chamar atenção para tantos questionamentos sobre a sociedade e o nosso

⁴¹ Idem, Ibidem. P. 16.

⁴² Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década > <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml> - visto por último 16/01/2023.

⁴³ Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos > <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/> > visto por último 16/01/2023.

passado antidemocrático se vivemos em “plena democracia?”. Sua resposta ainda permanece atual, o socialismo, mais do que nunca, sai do imaginário e se faz necessário no mundo real como única alternativa que de fato pode libertar as classes mais pobres de nosso país.

Bibliografia:

(Org.) SAFATLE, Vladimir. *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*/Carlos Marighella. São Paulo: Ubu Editora, 2019. P.261-270.

CARDOSO, Lucileide C. *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil*. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4 – 2014.

Entrevista a Jacob Gorender, Em Milão, Itália, em 9 de outubro de 1987, quando do lançamento de *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. < <http://blogdaprofessoralilianmarta.blogspot.com/2014/06/combate-nas-trevas-de-jacob-gorender-ha.html> >

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

LESSA, Sérgio, TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: Os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *As mulheres na Luta Armada: Protagonismo Feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Editora Alameda. 2018.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ALVARENGA JR.; Cristiano Batista. *A luta das esquerdas armadas no Brasil: historiografia e ditadura no pós-1964*. Revista Cosmos, XXI, p. 141- 166.
D.O.I. 10.5281/zenodo.17153293

RIDENTI, Marcelo. Resenha de: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998.